

FUNDO DE GARANTIA

Moradores dos municípios de Minas e da Bahia atingidos por enchentes poderão ter acesso aos recursos do Fundo após publicação de decreto pelas prefeituras

Gov/Bahia/Divulgação



Fortes chuvas na Bahia (acima) e em Minas Gerais deixaram milhares de desabrigados e, pelo menos, quatro mortos

Caixa vai liberar saque do FGTS às vítimas

» LUANA PATRIOLINO

As vítimas das enchentes no Sul da Bahia e no norte de Minas Gerais ocorridas nos últimos dias poderão sacar até R\$ 6,2 mil do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O anúncio foi feito, ontem, pela Caixa Econômica Federal. Os valores serão disponibilizados para retirada após a publicação dos decretos municipais declarando o estado de calamidade e do reconhecimento do Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio de portarias.

O banco também informou que vai auxiliar as autoridades locais para agilizar a solicitação do reconhecimento do estado de calamidade. Após a formalização, a população poderá realizar o saque do benefício de forma digital, sem necessidade de ir a uma agência da Caixa.

“Precisa acontecer um pedido do ministério e das prefeituras indicando os bairros (atingidos). Ao fazer isso, nós pagamos, em até cinco dias, utilizando as loterias, agências e aplicativos”, explicou o presidente da Caixa, Pedro Guimarães.

O anúncio foi feito ao lado do presidente Jair Bolsonaro (PL), depois da cerimônia de formatura de 197 aspirantes da Marinha, no Rio de Janeiro. “Uma catástrofe no sul da Bahia e no norte de Minas, em torno de 55 municípios foram atingidos, tem mortes infelizmente, destruição de obras viárias, residências”, disse o presidente.

Segundo o advogado Paulo Henrique Perna Cordeiro, professor e mestre em direito constitucional, além de se constituir em medida de amparo social emergencial, a liberação de saques do FGTS tem previsão obrigatória na legislação. “O decreto 5.113/2004 determina que o governo federal promova essa liberação do saque no prazo máximo de 30 dias após a publicação por parte do município ou do Distrito Federal de decreto de calamidade pública que deverá contar

Ed Alves/CB/D.A Press



Precisa acontecer um pedido do ministério e das prefeituras indicando os bairros (atingidos). Ao fazer isso, nós pagamos, em até cinco dias, utilizando as loterias, agências e aplicativos”

Pedro Guimarães, presidente da Caixa

a partir do dia seguinte ao desastre”, explicou.

O advogado Karlos Gad Gomes, especialista em direito público, destacou que a decretação do estado de calamidade é uma prerrogativa reservada para as esferas estadual e municipal que pode ser solicitada pelos representantes locais. “Mas precisa ser reconhecido pela União, a fim de que recursos federais sejam alocados para o ente afetado. Uma vez reconhecida a calamidade, o governo também define o montante de recursos que destinará ao ente afetado”, disse.

A Constituição também permite que, em casos de calamidade pública, o governante tome empréstimos compulsórios, parcelar as dívidas, atrasar a execução de gastos obrigatórios e antecipar o recebimento de receitas. A lei também determina que as cidades afetadas sejam dispensadas de licitação para as contratações que visem a aquisição dos bens necessários ao atendimento da população.

Fortes chuvas

Cidades de Minas Gerais e do sul da Bahia estão em estado de

Palavra de especialista

Amparo necessário

“Em uma situação de desastre natural como essa, onde ocorrem tantas perdas por causa de mau tempo severo, é importantíssimo que o governo federal seja capaz de liderar ações que visem diminuir os transtornos causados. Sabemos que muitas perdas ocorreram em cidades pobres, onde a ação do ente municipal é bastante limitada. Então, respostas imediatas, como a liberação dos recursos do FGTS por exemplo, são bem-vindos. No entanto, deve haver um trabalho continuado, chamando atenção para a tragédia e demonstrando solidariedade aos atingidos com ações concretas e duradouras. Existem parâmetros para atuação do governo federal em situações de emergência como essa, determinados no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).”

Vinício do Carmo, economista e sociólogo pela PUC-SP

alerta por conta das fortes chuvas. Estão previstos novos temporais com rajadas de vento de até 100 quilômetros por hora para a região. Municípios do interior registraram ao menos quatro mortes desde a última quarta-feira (9). As enchentes também deixaram mais de mil desalojados e localidades isoladas. São mais de 50 cidades baianas e mineiras em situação de emergência. O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu alertas de “perigo” para áreas dos dois estados, tanto pela chuva acumulada quanto pela água ainda esperada.

Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial.

A conclusão da CNI é de que a manufatura brasileira segue perdendo relevância na economia mundial. Desde 2009, quando ainda figurava entre os 10 maiores produtores do mundo, o Brasil vem perdendo peso na indústria global, perdendo espaço para Índia, México, Indonésia e Taiwan, além da Rússia. Crises domésticas combinadas a uma presença menor em mercados internacionais reduziram para 1,32% — no dado de 2020, o último disponível

— a participação do País no valor adicionado da indústria mundial. Uma década atrás, era de 2%.

A última leitura é a pior desde que a CNI começou a fazer o acompanhamento de quanto o Brasil responde da produção global, em 1990. Segundo a entidade, o choque da pandemia na indústria brasileira foi mais severo do que em outros países emergentes como Rússia e Turquia. A CNI observa que a queda da atividade industrial no Brasil, de 4,4%, foi superior à retração de 4,1% da produção mundial no ano passado.

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Just business

Mais fanfarrão do que sempre procurou ser em seus 32 anos vividos como político profissional depois de jubilar do Exército no posto de capitão, Jair Bolsonaro incorporou ofensas, ameaças e bazófilas ao seu linguajar típico de barraqueiro, vendo-se acuado na disputa eleitoral que nem começou pelo ex-juiz da Lava Jato Sérgio Moro, à direita, e o ex-presidente Lula, liderando com folga, à esquerda.

A imagem de disfuncionalidade do governo, sem metas consensuais que promovam a prosperidade de longo prazo, aparece nas pesquisas do IBGE. Elas acusam a longa estagnação da economia; a brutalidade social à luz dos desempregados e a maioria da população vivendo de subempregos; a inflação outra vez protagonista, tratada pelo Banco Central com o purgante dos juros, que deprimem o consumo sem que haja pressão de demanda (ou estaríamos com pleno emprego).

À frente de uma coalizão que reúne oportunistas e velhos oligarcas no Congresso, ministros deslumbrados e sem brilho, mercadores da fé e burocratas apáticos ou bajuladores, não há o que ele ainda possa fazer para redimir seu governo desastroso a dez meses das eleições.

Ele apela ao que sabe: agitar, mentir, gastar o que não tem.

Rodeado por uma gente indiferente ao certo e errado em termos de respeito à Constituição e às boas práticas da economia, ele aceitou arrombar as contas fiscais para tentar aliciar o eleitor mais pobre com o Bolsa Família inflado e rebatizado de Auxílio Brasil para ver se sequestra o handicap de Lula junto aos setores populares.

Daí saíram mais déficits do orçamento federal, que em 2022 entrará no nono ano no vermelho, mais dívida pública, mais juros outra vez de dois dígitos, elevados pelo Banco central a pretexto de combater a inflação, mas também para acalmar traders que vivem da arbitragem de taxas dos papéis do Tesouro e do preço do dólar.

E o que contrapõe os candidatos da “terceira via”? Repetem o que lhes assopram economistas afinados com o mercado financeiro.

Para estes, o crescimento induzido por programa de governo conspira contra a sabedoria das decisões anônimas de mercado, levando a mais pobreza. Cabe aos pobres ter paciência, tal como os infectados pela covid tratados com cloroquina, gargarejo e credices que borbulham devido a um presidente antivacinas, mas que mandou pôr seu registro vacinal sob sigilo de 100 anos. O que quer esconder?

Para sair da psammaceira

Tem mais de uma maneira de tirar a economia da psammaceira. Citemos algumas como sugestão. Faz sentido excluir da lei orçamentária todo o investimento financiado com impostos e dívida pública, isolando-o das medidas de austeridade fiscal desconectadas do propósito maior — o desenvolvimento civilizatório do país. Já seria um avanço.

A realidade é que não há caso de país no mundo que fez, refez ou modernizou a sua rede de infraestrutura (estradas, distribuição e geração de energia, telecomunicações etc.) sem algum aporte fiscal do Estado ou subsídios implícitos e/ou explícitos. Nem os EUA. Hoje há modelos híbridos, associando fundos públicos aos privados, com sólido regime regulatório e monitoramento externo da execução.

Uma gestão harmoniosa entre as políticas monetária (BC) e fiscal (que deveria fluir de um plano plurianual proposto pelo governo e aprovado pelo Congresso) dispensaria os embaraços propositalmente criados de fora para dentro do aparelho de Estado para pôr limites a governantes e políticos tentados pela sanha da reeleição, além da sedução do dinheiro fácil acenado pelos corruptores de plantão.

Atente-se que os fiscalistas mais conscientes, diferentemente da maioria que bate ponto na imprensa e ridiculariza quem questiona o consenso ideológico assentado no chamado neoliberalismo, reconhece a importância da coordenação dos governos e políticas ativistas. O que desconfiam é da boa-fé dos governantes e de grupos econômicos.

Governança sem propósito

A economia está sem motores de expansão e acomodada pelo sucesso do agronegócio, que assegura superávits comerciais e previne crises cambiais, a razão histórica das quebraadeiras do passado. Mas o agro emprega pouco, tem peso diminuído no PIB e conta com as facilidades tributárias negadas à indústria de transformação e aos serviços — os grandes empregadores e promotores do dinamismo tecnológico.

É meio como a riqueza do petróleo, que arruinou a Venezuela e não acena para um futuro imediato promissor aos países que o tem como atividade praticamente única (Arábia Saudita, Nigéria, Irã, Rússia) num mundo condenado a decarbonizar suas práticas econômicas. As soluções estão em indústrias limpas, altamente digitalizadas, com os serviços como parte do negócio principal. Isto exige educação de qualidade, e currículos mais focados e vocacionais que teóricos.

Tais questões são mais urgentes que a austeridade fiscal que não mexe nos fundamentos da despesa, teto de gasto, metas de inflação, reforma administrativa que ignora a governança política e funcional obsoleta dos governos federal e regionais. O que é imperativo?

É reconhecer que até para liberalizar tem de haver planejamento e planos de contingência. Como estoque regulador de alimentos, se os preços das commodities agrícolas são dolarizados. O mesmo caso dos combustíveis, oligopólio estatal cuja direção anunciou dias atrás que vai maximizar a distribuição de dividendos aos acionistas. É o que chamo de disfuncionalidade, a governança carente de propósito.

Pobres, doentes e teimosos

Fato 1: estamos à base do “me engana que eu gosto”, tipo o STF vetar o financiamento privado de campanha eleitoral dos partidos, que passaram a se financiar com recursos da lei orçamentária, além de emendas qualificadas como investimento na base do parlamentar, chegando à excrecência da liberação de verba sem autoria conhecida.

Fato 2: a “boa ação” foi corrompida, como também fora a decisão do STF de sustar em 2006 a cláusula de barreira aprovada em 1995, mais rigorosa que a atual, por entender que feria direito de expressão das minorias. Sem tal intervenção, haveria hoje menos de dez partidos, dificultando a governabilidade obtida via chantage cruzada entre o presidente de turno e os partidos “mercantis”.

Não só na política o país está à mercê de aberrações. Toma-se como consenso empresarial a destruição metódica do meio ambiente, quando só a aprova (mas nas sombras) o que está mais para crime organizado que para o que a sociedade entende por empresário.

E assim vamos, com a economia encolhendo a cada ano, com quem pode ir embora, até que sobrarão apenas os pobres, doentes e teimosos. Como nos países da América Central, que dependem das remessas dos que fugiram. Ou na Argentina. É o que queremos?